

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Brasil Class.: Amazônia/Internacion.
Data 12/08/93 Pg.: 10 110

Vigiar e Apoiar

Procedeu acertadamente o Conselho de Defesa Nacional, tanto ao reafirmar que o controle da Amazônia brasileira é da alçada soberana do Brasil, quanto ao aprovar por unanimidade o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que garante a defesa do espaço aéreo e a proteção dos vãos na região.

A instalação de radares de longo alcance, combinada com a transferência do Centro-Sul para a Amazônia de outros aparelhos de detecção e a posterior aquisição de aviões de patrulhamento, são medidas indispensáveis à guerra ao narcotráfico e ao contrabando, ao controle das áreas indígenas e à preservação ambiental.

Os debates sobre a Amazônia vão do paroxismo nacionalista à intransigência ambientalista. Todo esse emocionalismo deixa de lado o essencial: com cerca de meio bilhão de dólares, é possível começar a tomar posse desse território de 5 milhões de km², com parcos 16,6 milhões de habitantes, sobretudo concentrados em áreas urbanas. Mais: esses equipamentos propiciarão o patrulhamento de todo o tráfego aéreo da região, hoje restrito a Belém e a Manaus.

No plano externo é uma pronta resposta à esdrúxula tese da "autodeterminação dos territórios indígenas", que a partir de janeiro deverá ser tema de debates nas Nações Unidas. O Brasil admite que sua soberania sobre a Amazônia é perfeitamente compatível com a visão da humanidade sobre a região, desde que isenta de exageros, mitos e equívocos. Mas repele vivamente toda e qualquer tese limitadora da soberania nacional sobre as áreas indígenas.

Integrando as Forças Armadas, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a Polícia Federal, a Secretaria do Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente e a Funai, o projeto dará atenção especial aos estados do Amazonas, de Roraima, do Acre e de Rondônia, mais vulneráveis ao tráfico de drogas e ao contrabando de minérios.

É sabido que existem centenas de pistas clandestinas pela Amazônia e que o fluxo dos pequenos aviões usados pela máfia do pó e pelo garimpo predador não é coberto pelos poucos radares exis-

tentes. O Sivam fará com que esta imensa região deixe de ser terra de ninguém. No mundo de hoje, tanto a dominação quanto a soberania se exercem pela tecnologia, não por ganhos territoriais ideais.

Além de controlada, a região deveria ser apoiada, com o assentamento racional de colonos, geração de empregos, criação de escolas e programas de saúde. Em vez de se entregarem a argumentos passionais, nutridos no isolamento, na vulnerabilidade, na pobreza e na xenofobia, os amazônicos deveriam mobilizar-se em torno desses programas.

Convém lembrar que a atitude isolacionista na região é antiga. Até 1960, a Amazônia viveu praticamente apartada do país. Na Colônia, os portugueses estenderam seus domínios até os Andes, expulsaram os estrangeiros e defenderam as novas fronteiras, fortificando os rios de penetração. O Império ocupou Caiena entre 1809 e 1817 e manteve a navegação internacional na região proibida até 1867.

Manter a Amazônia fechada, compreensível em face das dificuldades de vigilância da época, alimentou séculos de ufanismo e paranóia, inércia e nacionalismo sombrio. Sabemos hoje que o desenvolvimento sustentável e a integração dessa enorme e desprotegida área não exigem mais o isolamento, mas radares e programas de apoio às populações.

De qualquer forma, as Forças Armadas reivindicam a ampliação da ocupação militar da Amazônia, que figura no projeto Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), com gastos previstos de US\$ 1,2 bilhão. Tudo bem. Contanto que não se leve a sério a "teoria conspiratória" de que os Estados Unidos estejam se preparando, com suas manobras na Guiana, para uma invasão de nossa rica região.

Lembremos que as manobras americanas foram comunicadas ao Itamaraty e que o Brasil também realiza manobras em outros países. Além do mais, os EUA negam a intenção de abrir bases na América do Sul ou que tenham novas manobras agendadas. Muito ao contrário, os americanos estão fechando bases no exterior e operando cortes significativos em seus contingentes militares. Isso deve preocupar mais a Califórnia do que o Pará.